

**OS NOVOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA. A CRISE DE
CAPITAIS E A REESTRUTURAÇÃO DOS
MERCADOS GLOBAIS: possíveis efeitos
paradoxais para o meio ambiente na América Latina?**

*New challenges of sustainable development in Latin America.
The financial crisis and restructuring of global markets:
possible paradoxical effects on the environment
in Latin America?*

Neison Freire*

RESUMO

Este artigo teve por objetivo principal trazer uma reflexão sobre as possíveis oportunidades trazidas aos países latino-americanos frente à crise econômica, política e ambiental do século XXI. Crise esta marcada, sobretudo, pela desaceleração da economia chinesa e pelo aumento do dólar frente às moedas da região. As mudanças no cenário de poder global indicam o manejo mais ágil das escalas e o domínio dos espaços construídos e/ou modificados pelo homem, pondo em discussão os limites de sustentabilidade ambiental não apenas da América Latina, como também do nosso planeta. Entender as causas e consequências pode ser vital na formulação das políticas públicas que permitam um futuro mais promissor em termos de bem-estar social e sustentabilidade dos recursos naturais, articulando uma melhor integração regional num novo modelo multipolarizado de poder, onde sobressaem as capacidades de desenvolvimento endógeno, porém reconhecendo as limitações do poder local e tendo como protagonista o espaço geográfico e suas características sociais, políticas, históricas, culturais e econômicas. O desafio às atuais e futuras gerações da América Latina está posto e efeitos paradoxais da crise econômica, política e ambiental da segunda década do século XXI poderão levar a uma

* Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina).

reflexão sobre as oportunidades históricas que, embora não previstas, estão desenhadas para a sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável. América Latina. Crise econômica. Inovação. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article was primarily engaged in a reflection about the possible opportunities brought to Latin American countries by the economic, political and environmental crisis at the earlier twenty-first century. That crisis is marked mainly by the slowdown of the Chinese economy and the rising of the dollar in relation the currencies of the region. Changes in global power scenario indicate a more agile handling of the scales and the spaces built and/or modified by man, putting in discussion the limits of environmental sustainability not only the Latin America, but our planet itself. Understanding the causes and consequences can be vital in the formulation of public policies to a more promising future in terms of social welfare and sustainability of natural resources, articulating a better regional integration in a new “multipolar” model of power, which brings out the capacity of endogenous development, but recognizing the limitations of local authorities and having as a protagonist the geographic space and its social, political, historical, cultural and economic characteristics. The challenge to current and future generations of Latin America is post, and the paradoxical effects of the economic, environmental, and political crisis from second decade of the current century could lead to a reflection on the historic opportunities that, although not planned, are designed for contemporary society.

KEYWORDS: Sustainable development. Latin America. Economic crisis. Innovation. Public policies.

Data de submissão: 09-09-2016

Data de aceite: 15-09-2016

1 INTRODUÇÃO

No mundo atual, se observa com relativa nitidez o contexto da dependência econômica e tecnológica dos países menos desenvolvidos em relação aos países centrais, como é o caso daqueles situados na América Latina. Tais países são submetidos, não apenas aos interesses comerciais das grandes firmas transnacionais, como também têm determinadas suas inserções no processo de globalização, ocasionando variados efeitos para a sustentabilidade ambiental da região.

Novas estratégias de reprodução do capital são formuladas nesse processo, redesenhando os antigos centros do poder hegemônico global, mas também gerando novos efeitos adversos e não esperados para as economias periféricas. Um desses efeitos é a crise econômica que se alastra pela América Latina desde meados da segunda década do século XXI, em decorrência, principalmente, da adoção, pela China, de políticas macroeconômicas voltadas a um consumo interno daquele país. Embora a China tenha registrado uma forte ascensão de grande parte da população a novos padrões de consumo e renda nas últimas décadas, tal fato não foi suficiente para minimizar os efeitos da queda de consumo de matérias-primas que são necessárias às manufaturas industriais. Essa queda do consumo mundial de produtos manufaturados ocorreu em função do ciclo de crise econômica global que se instalou no final da primeira década do século XXI. Segundo o Governo chinês, em 2015 as exportações daquele país caíram 1,8% em relação a 2014, enquanto as importações registraram uma queda de 13,2%². Esta queda no comércio exterior foi atribuída pela China à redução dos preços de matérias-primas e à fraca demanda internacional. Esse conjunto de fatores externos colocou em cheque a condução das políticas públicas pós-neoliberais postas em marcha desde o final do século XX por quase todos os governos democráticos de matiz esquerdista dos países latino-americanos.

Entretanto, convém registrar que esse é um processo que vem causando profunda transformação nos meios de produção e na divisão internacional do trabalho, com a incorporação sistemática de novas formas de conceber, criar e organizar o espaço. Antigas estruturas produtivas vêm sendo afetadas, assim como novas vêm sendo

² Fonte: <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/01/exportacoes-da-china-caem-18-em-2015-e-importacoes-recuam-132.html>. Acesso em: 06/09/2016.

criadas em função de tais mudanças, alterando o uso do espaço e, provavelmente, a renovação de antigas estruturas de poder (Freire, 2012). Neste contexto, novas hierarquias de geração e apropriação de riqueza indicam que o capitalismo aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive o manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído e/ou modificado pela ação do homem. A mudança de um mundo antes marcado pela bipolaridade de poder durante a Guerra Fria e agora sinalizado pela multipolaridade após o fim da antiga União Soviética revela o surgimento de novos protagonistas no sistema capitalista mundial – reflexo desse contexto de desenvolvimento socioeconômico contemporâneo.

No campo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, o atual cenário indica, por um lado, que o corte de gastos por parte dos países latino-americanos de recursos públicos destinados à condução de ações voltadas à gestão ambiental e conservação da biodiversidade poderá trazer sérios entraves às metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. No entanto, paradoxalmente, vislumbra-se a possibilidade de uma diminuição não planejada do consumo de ativos ambientais, fruto da desaceleração do mercado internacional de matérias-primas e de *commodities*. E aí residem novas oportunidades a serem exploradas no sentido de que os países de economia periférica da região consigam estabelecer cenários de longo prazo mais favoráveis ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade ambiental da América Latina.

Desenha-se, então, uma oportunidade para esses países em crise econômica, política e ambiental, no sentido de buscar alternativas justas e adequadas que objetivem a conciliação entre o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a melhoria das condições de vida das populações locais. Assim, o objetivo principal deste artigo é buscar os determinantes e condicionantes necessários ao entendimento dos processos econômicos globais que levaram à crise de confiança nestes governos, bem como às mudanças em curso e as oportunidades que podem ser desenhadas nesse novo modelo de poder multipolarizado, onde emergem como protagonistas o tripé formado pelo bem-estar social, a inovação e a sustentabilidade ambiental.

2 O PAPEL DOS PAÍSES EMERGENTES E A MULTIPOLARIDADE DO PODER GLOBAL

O rol que a globalização imputou aos países emergentes da América do Sul, como, por exemplo, o Brasil e a Argentina, em termos de garantir o fornecimento de *commodities* e energia para os países centrais e, na atualidade, aos emergentes como a China, gerou, desde o início da última década do século passado até meados da segunda década do século XXI, muitas mudanças no uso do solo. Nas áreas rurais, o modelo agroexportador foi dominado pela soja, o sorgo e a cana-de-açúcar, expandindo ainda novas áreas para a pecuária e a extração de minérios – que passaram a ser ativos estratégicos nas exportações destes países.

Além das mudanças no uso do solo rural, observaram-se também importantes mudanças nas áreas urbanas, com o adensamento populacional ocasionado pela intensificação da migração campo-cidade até os anos 1990, atraída pelas novas oportunidades de trabalho e emprego geradas pela gravidade dos grandes centros urbanos. Desde então, a América Latina passou a ser uma das regiões mais urbanizadas do mundo. Segundo o Relatório Habitat III 2012 da ONU (Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Habitat III, 2012), cerca de 80% da sua população vive em cidades, podendo alcançar 89% em 2050. Tal processo foi, entretanto, marcado por condições adversas aos assentamentos humanos nesses centros urbanos que “se configuram em espaços de esperança em meio ao processo de favelização e desemprego” (Hartwig, 2013), trazendo, ainda enormes desafios à gestão pública quanto à mobilidade, habitação, poluição, saúde e educação, dentre outros aspectos derivados de tais dinâmicas populacionais. Também influenciou diretamente as formas de produção e reprodução da vida dos trabalhadores migrantes, “em meio às condições mais adversas impostas pelo movimento do capital, que expulsa famílias inteiras numa lógica de subordinação e ampliação do sistema capitalista de produção”.

Pelo lado das transformações no meio rural, Murgida (2012), ao pesquisar as mudanças climáticas e a vulnerabilidade social do Chaco-saltenho, noroeste da Argentina, no período de 1980 a 2010, também observou um novo “espaço de oportunidade para a introdução de atividades não tradicionais, como a agricultura de larga escala”. Para a autora, esta ‘oportunidade’ deu lugar ao processo de *agriculturização*, que consistiu

na incorporação de terras ‘marginais’, para a produção de oleaginosas e grãos destinados a forragens e biocombustíveis no mercado mundial. Assim, além de perdas da biodiversidade e desmatamentos generalizados, essas mudanças geraram mais lucros às empresas multinacionais do agonegocio em troca da expulsão e consequente marginalização social das comunidades tradicionais que habitavam estas áreas. Concluiu Murgida (2012) que o mais importante neste processo econômico é o aumento da produção e exportação agrícolas, e, para isso, são essenciais à incorporação de novos processos de inovação e novas áreas para a agricultura em busca dos superávits nas balanças comerciais destes países exportadores de matérias-primas. Mas será que este modelo de desenvolvimento econômico é sustentável? Estará imune às crises cíclicas do capitalismo?

3 A DESACELERAÇÃO DO MERCADO INTERNACIONAL DAS MATÉRIAS-PRIMAS, A CRISE ECONÔMICA E AS MUDANÇAS POLÍTICAS NOS PAÍSES EXPORTADORES DE COMMODITIES DA AMÉRICA LATINA

A dinâmica dos mercados globais de *commodities* na segunda década do século XXI indica que os anos de bonança das matérias-primas para os países exportadores destes produtos da América Latina ficaram para trás, com a caída sistemática dos preços do petróleo (queda de 47% em 2014), dos metais (queda de 40% em 2015) e dos alimentos³ (queda de 19,2% em 2014⁴). A queda de preços se deu em função da crise de capitais (e de confiança) advinda do estouro da bolha imobiliária de 2008 nos EUA (quando grandes investidores ao redor do mundo, como Fundos de Pensão, Seguradoras e Fundos de Investimentos, amargaram também a desvalorização dos títulos comprados das instituições financeiras norte-americanas) e a retração da economia mundial que aconteceu nos anos seguintes que, somados

³ El País. Edição online de 07/10/2015. Disponível em: http://economia.elpais.com/economia/2015/10/07/actualidad/1444231738_025747.html. Acesso em: 29/08/2016.

⁴ Disponível em: <http://www.abc.com.br/noticias/2015/05/precos-dos-alimentos-no-mundo-tem-menor-valor-em-cinco-anos-em-pesquisa-da-fao>. Acesso em 29/08/2016.

à desaceleração econômica da China – o principal importador desses produtos – e a forte valorização do dólar frente a outras moedas, torna-se possível um melhor entendimento das principais causas que motivaram a queda desses preços no mercado mundial.

Para se ter uma ideia do impacto ocasionado pela retração do consumo chinês em relação aos países cujas economias são baseadas na exportação de *commodities*, em 2010 o consumo de matérias-primas pela China cresceu 35% ao ano e conseguia absorver tudo que o Ocidente deixasse de consumir, mas em 2015 a taxa anual chinesa chegou a cerca de 9%, quase três quartos a menos que em 2010. A desaceleração da China indica um crescimento mais lento para o futuro próximo com consequências diretas na economia de países exportadores de matérias-primas.

De fato, o freio na economia dos dois grandes operadores do sistema de comércio internacional pode ser resumido pela queda nos PIB's dos EUA e da China entre os anos de 2005 e 2015 e o reflexo direto, por exemplo, nas economias do Brasil e do México no mesmo período (*figura 1*).

Figura 1: Variação do PIB dos EUA e China, e Brasil e México entre 2005 e 2015



Fonte: El País (2015); CEPAL (ONU), 2015.

O fim dos saldos positivos das balanças comerciais que vinham sustentando os diferentes programas sociais dos distintos governos de

matiz esquerdista e/ou popular na América Latina pós-neoliberal gerou rapidamente significativos déficits fiscais que colocaram em cheque a continuidade de tais programas, exigindo rigorosos ajustes fiscais e consequentes cortes de despesas públicas, como é o caso do Brasil e da Venezuela. Esse processo resultou em crise econômica marcada pelo aumento do desemprego nas principais economias da América do Sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE⁵), a taxa de desocupação no Brasil ficou em 8,7% no segundo trimestre de 2015 (cerca de 12 milhões de desempregados), convertendo-se no maior resultado da série, iniciada em janeiro de 2012. Na Argentina, para o mesmo período, a taxa de desocupação ficou em 6,6% (cerca de 1,3 milhão de desempregados), segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC⁶), superando o quarto trimestre de 2013, quando o indicador chegou a 6,4%. Os dados econômicos ainda revelam a frustração de receitas e queda do PIB na América Latina com uma previsão de queda de -0,6% para 2016⁷.

Entretanto, cabe ressaltar que os países que criaram fundos de reserva durante os anos de acumulação de lucros derivados da exportação de matérias-primas, como o Peru e o Chile, permitiram-lhes amortecer o ritmo de corte de gastos com a crise econômica. Essas políticas contra-cíclicas ajudaram estes países a conviver com a incerteza que ronda historicamente o ciclo de matérias-primas, embora o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) havia solicitado aos países emergentes que aumentassem seus gastos com importações durante a crise pós-2008 para “ajudar” as economias desenvolvidas e agora, contraditoriamente (será?), pede “austeridade fiscal” a esses mesmos países diante da atual crise econômica que afeta as economias em desenvolvimento da América Latina.

A queda do crescimento chinês à metade pode ser considerada a maior responsável pela grave crise econômica para os países atrelados à

⁵ Fonte: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/com-8-7-taxa-de-desocupacao-e-a-maior-desde-2012-diz-ibge>. Acesso em 06/09/2016.

⁶ Fonte: <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2015/08/18/nivel-de-desemprego-na-argentina-chegou-a-66-no-segundo-trimestre-de-2015.htm>. Acesso em 06/09/2016.

⁷ Fonte: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/internacional/noticia/2016/04/09/cepal-estima-queda-de-06_porcento-para-pib-da-america-latina-em-2016-230359.php. Acesso em 30/08/2016.

economia daquele país, associada a variadas experiências de má gestão pública, à fraca articulação política interna e ao incremento substancial de uma corrupção generalizada na esfera pública, como é o caso de vários países da América do Sul. Este conjunto de fatores foi o estopim para o surgimento de uma onda de mudanças políticas, com o enfraquecimento e colapso dos governos de esquerda na região.

Exemplos dessa situação foram a eleição de Mauricio Macri na Argentina, dos dois candidatos de direita à presidência no Peru, a baixa popularidade da esquerda tanto no Uruguai como no Chile, a fragilização de Nicolás Maduro na Venezuela e o impeachment de Dilma Rousseff no Brasil em 2016.

Países que estão menos atrelados ao antigo modelo de consumo chinês voltado às matérias-primas, como o México – parceiro comercial e estratégico dos EUA –, sofreram menos com a reorientação da política macroeconômica do gigante asiático.

Embora débil, a integração econômica latino-americana traz grandes preocupações aos países em crise. Neste sentido, o risco da recessão brasileira que começou em meados de 2014 e se estende aos outros países sul-americanos é significativo. O Brasil representa um terço do PIB da América Latina e com mais de 206 milhões de habitantes é um polo de atração para as empresas “multilatinas” e outras multinacionais com base na região. Segundo a BBC Brasil⁸ (2016), “em nenhum outro lugar o efeito da retração brasileira é mais visível do que na indústria argentina”, onde cerca de 50% de suas vendas é absorvido pelo mercado brasileiro. Apenas em 2015 os embarques da Argentina para o Brasil caíram 47,9%.

O “efeito cascata” da crise brasileira repercute no Uruguai, com a diminuição do fluxo de turistas para aquele país. O comércio do Brasil com o Chile teve uma queda de 14,6% no mesmo ano. Enfim, há uma preocupação generalizada na região com relação ao futuro próximo das economias regionais e estratégias inovadoras precisam ser formuladas. Talvez aí residam oportunidades ao desenvolvimento sustentável até agora não desenhadas pelas políticas públicas setoriais.

⁸ Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160121_recessao_brasil_america_latina_rb Acesso em 15/09/2016.

4 AS POSSÍVEIS NOVAS OPORTUNIDADES AO MEIO AMBIENTE DESENCADEADAS PELA CRISE ECONÔMICA

Se levarmos em consideração que os diferentes “processos de produção econômica [e acumulação capitalista] vêm necessariamente acompanhados da geração de resíduo e poluição, sejam esses fenômenos locais ou globais”, a desaceleração econômica e a consequente redução do ritmo de exploração de matérias-primas poderão, paradoxalmente, ser benéficas para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais de uma determinada região cuja economia esteja voltada para a exportação de *commodities* (como é o caso de vários países da América Latina)?

Georgescu-Roegen (2012) afirma, por exemplo, que a “sustentabilidade muito provavelmente não pode ser alcançada com o aumento da produção e do consumo”. Ou seja, uma retração da atividade econômica primária, embora derive consideráveis perdas de renda e aumento de desemprego, atingindo especialmente os grupos sociais mais pobres e vulneráveis, pode, indiretamente, trazer algum benefício ao meio ambiente ao permitir a redução do consumo de recursos naturais não renováveis?

As questões aqui abordadas estão no campo tanto das ciências sociais, como nas ciências exatas e da natureza. Portanto, requerem uma abordagem transdisciplinar, ao permear várias áreas do conhecimento. A princípio, podemos identificar pelo menos três eixos principais para ajudar na formulação de estratégias que permitam identificar propostas e soluções adequadas aos problemas socioambientais e possíveis oportunidades aqui apresentadas: i) o decrescimento econômico e o bem-estar social com enfoque nas capacidades locais; ii) o papel da inovação como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento regional baseado no transbordamento do conhecimento tácito e codificado em diálogo com a sustentabilidade ambiental; e iii) a integração regional pós-neoliberal da América Latina com a ampliação de instrumentos democráticos de decisão participativa.

A primeira oportunidade que emerge na atualidade para o desenvolvimento sustentável da América Latina poderá estar relacionada ao decrescimento econômico trazido pela crise econômica na América Latina. Ela pode ser constatada pela tese defendida, por exemplo, por Kiessling (2014) que, ao apontar uma saída para a crise ambiental

global marcada pelos desmatamentos, as mudanças climáticas e o consumo de ativos ambientais de forma acelerada nos últimos 25 anos, sustenta que

...han emergido varias propuestas alternativas que desvinculan al bienestar del crecimiento económico y sientan las bases para un enfoque alternativo al paradigma economicista, que encuentra como eje la categoría de decrecimiento económico sustentable (KIESSLING, 2014, p. 7).

Para o autor, o decrescimento econômico sustentável pode ser definido como “*una equitativa reducción de producción y consumo que aumenta el bienestar humano y mejora las condiciones ecológicas a nivel local y global, en el corto y largo plazo*”, situando a sua proposta no campo da formulação de políticas públicas de desenvolvimento humano como uma alternativa viável em uma sociedade democrática e disposta a superar os problemas ambientais globais por meio de investigações que enriqueçam o enfoque das capacidades locais – sua principal estratégia.

A segunda oportunidade está relacionada ao incentivo por meio de políticas voltadas à inovação, aqui entendida como um processo espacialmente dependente. Requer, portanto, condicionantes locais, históricas e culturais que são essenciais para sua emergência – elementos significativos no capital humano e social da América Latina. Neste sentido, Freeman (2004), analisando Schumpeter, registra a importância crucial da inovação tecnológica na evolução das sociedades capitalistas. Expressões como “Sociedade da Informação” e “Economia do Conhecimento” tornaram-se de uso geral.

Assim, conhecer e entender a dinâmica dos atributos espaciais que atuam sobre uma região, aí incluídos os processos inovativos, tornaram-se primordiais para o desenvolvimento socioeconômico das regiões e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável, uma vez que há hoje um consenso razoável no meio acadêmico que um conceito não tem razão de existir sem o reconhecimento do outro.

A discussão do papel na inovação no desenvolvimento regional surge baseada na ideia que a inovação é o motor central do desenvolvimento econômico e na identificação de que as regiões possuem atributos próprios, sintetizados na literatura por imersão social (*embedde-*

deness'), ativos relacionais ou interdependências não comercializáveis, e de que o sucesso econômico depende da existência de meios inovadores. Assim, o processo de inovação resulta da combinação entre pesquisa, desenvolvimento e sua interação com as condições econômicas e sociais presentes em cada espaço, através da interação entre firmas e o meio no qual estão envolvidas.

Implícito ao modelo funcional de produção, a inovação se concentra geograficamente naquelas indústrias onde a geração e entrada de conhecimento são melhores e onde o transbordamento de conhecimento prevalece. Há uma propensão da atividade industrial ao agrupamento espacial e uma importância da locação como unidade de observação: produção e inovação num contexto geográfico.

Desse modo, torna-se imprescindível reconhecer que as circunstâncias locais são o único ponto de partida para uma genuína estratégia de desenvolvimento regional e as regiões menos favorecidas também precisarão reconhecer que as fontes locais são necessárias, mas insuficientes para o progresso. Colocado frente ao desafio da pobreza em países periféricos como os latino-americanos, requer a adoção de políticas públicas adequadas à questão socioeconômica atual e ao consumo dos limitados recursos naturais como uma estratégia implícita ao desenvolvimento humano. Afinal, “a nave Terra tem recursos finitos”, como já mencionava Ignacy Sachs (1993).

A inovação está presente nas geociências nas mais variadas atividades e com rebatimentos tanto na conservação da biodiversidade e recuperação de áreas degradadas, como no aumento da produtividade agrícola e consequente equilíbrio de preços dos produtos de consumo primário, como são ao alimentos. Pesquisas em curso no *Centre d'Études Spatiales de la Biosphère* (CESBIO) da *Université Paul Sabatier*, em Toulouse, França, por exemplo, buscam, por meio de dados satelitais e medições da energia eletromagnética das culturas nas fazendas locais, aprimorar as técnicas de manejo agrícola de várias culturas, propondo a modelização dinâmica e determinística de culturas de cereais com o uso da Teoria do Caos e os efeitos do rebaixamento do lençol freático na região da Provença, além de estudos do fluxo e sequestro de carbono pelas variedades agrícolas. Busca-se melhorar a produtividade agrícola, a diminuição de impactos ambientais e a atenuação dos efeitos causadores das mudanças climáticas.

Ou seja, mais pesquisa em geotecnologias para otimizar a produção agrícola: para a mesma área cultivada, alimentos mais abundantes (e portanto

mais baratos), com menor aporte de fertilizantes químicos que poluem os recursos hídricos superficiais e subterrâneos e com menor consumo de água e energia. Os pesquisadores do CESBIO têm como área de estudo tanto a França como o semiárido africano, ampliando o acesso à informação e às inovações na área de geotecnologias aplicadas ao desenvolvimento sustentável.

A terceira e última oportunidade está relacionada a uma melhor integração entre os países da América Latina. Neste sentido, Oliveira *et al.* (2014) propõem a elaboração de projetos integradores da geopolítica na América Latina com a “criação de oportunidades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis com retornos adequados aos investimentos privados necessários e, ao mesmo tempo, garantir um melhor protagonismo do Estado na condução desse processo”. Romper com a herança colonial marcada por um padrão de desenvolvimento orientado “para fora”, em direção às metrópoles, e que se orientou para os mercados desenvolvidos e para a China. Sugerem os autores o estabelecimento de novas racionalidades econômicas, entre elas uma rota eficiente de ligação entre o Pacífico e o Atlântico, associada a uma rede de transporte e logística eficaz, além de um acordo energético de amplas proporções, um “*enforcement*” das lógicas econômicas no sentido da consolidação de cadeias produtivas regionais, um plano autossustentável para a Amazônia e um acordo para a preservação da água doce e dos recursos ambientais.

Essas são as principais oportunidades que estão desenhadas no cenário atual para a América Latina no sentido de lograr êxito às metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015. Mas quais foram os avanços na área no cenário internacional e quais são os desafios propostos pelos ODS no futuro aos países latino-americanos? A seguir serão abordadas estas questões.

5 O QUE MUDOU ENTRE OS OBJETIVOS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Em 25 de setembro de 2015, líderes mundiais se reuniram na sede das Organizações das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para aprovar uma agenda para o desenvolvimento sustentável para os próximos quinze anos. Os assim chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ditos Objetivos Mundiais, orientarão a política de desenvolvimento

e financiamento desses países, começando com uma promessa histórica e ambiciosa de erradicar a pobreza extrema em todas as partes e para sempre.

Os dezessete ODS substituem os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais, em setembro de 2000, reuniram os países em torno de um programa comum: abordar a indignidade com a pobreza. Tais objetivos estabeleceram metas, acordadas universalmente, sobre a erradicação da extrema pobreza e a fome, a prevenção de doenças mortais, porém tratáveis, e a ampliação das oportunidades educacionais de todas as crianças, dentre outros desafios para o desenvolvimento.

Entretanto, a tarefa ainda está inconclusa para milhões de pessoas e torna-se necessário fazer um último esforço para por fim à fome, alcançar a igualdade de gênero, melhorar os serviços de saúde e conseguir que todas as crianças tenham acesso à escola, colocando o mundo em um “caminho sustentável” e tendo 2030 como uma data limite.

Ao avaliarmos os resultados obtidos pelos ODM damos conta que muitos foram os progressos alcançados em nível mundial. Segundo o Relatório dos ODM 2015 da ONU (United Nations, 2015), a quantidade de pessoas em extrema pobreza apenas na América Latina reduziu à metade, enquanto no resto do mundo a renda média por pessoa subiu de US\$ 4.00/dia em 1991 para o triplo em 2015, caiu pela metade a porcentagem de pessoas com nutrição insuficiente, assim como também caiu no mesmo nível a taxa mundial de mortalidade infantil.

De fato, desde 1990, a taxa de mortalidade materna vem diminuindo aproximadamente 45% em nível mundial, assim como foi evitada a morte de mais de 6,2 milhões de pessoas por paludismo entre os anos 2000 e 2015, principalmente na África subsaariana, enquanto as novas infecções do vírus HIV diminuíram 30% entre 2000 e 2013.

Erradicar a pobreza em todas as suas formas continua sendo um forte princípio do desenvolvimento sustentável, embora a quantidade de pessoas em extrema pobreza tenha diminuído em mais de 50% (de 1,9 bilhões de pessoas em 1990 a 836 milhões em 2015). Também devido ao rápido crescimento econômico das últimas décadas do século XX e ao aumento da produtividade agrícola, a proporção de pessoas desnutridas diminuiu quase à metade, segundo a ONU (United Nations, 2015).

Desde 2000, houve um enorme progresso relativo à educação primária universal, com taxas de matrícula alcançando 91% as regiões em desenvolvimento em 2015, enquanto permanecem avanços importantes

na igualdade de gênero. Por outro lado, a escassez de água afeta mais de 40% da população mundial e que deverá aumentar com o aquecimento global advindo das mudanças climáticas, aumentando, ainda, a necessidade de acesso a melhores condições de água potável e saneamento.

Entre 1990 e 2010, a quantidade de pessoas com acesso a energia elétrica aumentou em 1,7 bilhões de pessoas, enquanto a quantidade de trabalhadores que vivem em condições de extrema pobreza diminuiu significativamente. Nos países em desenvolvimento, a classe média representa hoje mais de 34% do emprego total, embora a desigualdade tenha aumentado, fazendo com que os 10% mais ricos detenham 40% da renda mundial e os 10% mais pobres tenham entre 2% e 7% da renda total mundial.

Por outro lado, as emissões de gases de efeito estufa continuam aumentando e foram, em 2015, cerca de 50% maiores que em 1990 com efeitos diretos sobre o clima global, dentre outros graves problemas que afetam a sustentabilidade da vida no planeta.

Mas se antes os oito ODM estavam dirigidos aos países pobres e aos em desenvolvimento, agora os dezessete ODS são direcionados a todos os países que tomam assento na ONU. Trata-se, portanto, de um desafio ambicioso e muito maior que os objetivos anteriores. E o que se questiona hoje é se, em virtude da crise econômica e política atual pela qual muitos dos países latino-americanos em desenvolvimento estão passando, com mudanças significativas tanto na formulação como na condução das políticas públicas, haverá condições endógenas e exógenas suficientes e necessárias para o cumprimento das metas estabelecidas pela ONU em 2015? Esta é uma dúvida que paira sobre a sociedade da era do Antropoceno, onde as ações do homem são capazes de interferir diretamente nos ecossistemas globais como jamais acontecera. Torna-se, portanto, imprescindível que cada um faça a sua parte, do local, ao regional, ao nacional e ao global, no sentido de que as partes formem um todo de condutas responsáveis com a sustentabilidade e continuidade da vida na Terra.

6 CONCLUSÕES

Neste artigo se buscou uma articulação entre a emergência de novos atores no cenário global, a crise econômica, política e ambiental vivenciada pelos países exportadores de matérias-primas e *commodities* da América Latina, os desafios impostos à sustentabilidade ambiental

do planeta e as possíveis oportunidades que estão postas na mesa de negociações democráticas. O enfoque foi dado a três oportunidades: o decrescimento econômico e o bem-estar social a ser patrocinado pelo incentivo às capacidades locais, a inovação como um motor de desenvolvimento socioeconômico e, finalmente, a necessidade de maior integração econômica na América Latina como uma genuína e desejável estratégia regional de desenvolvimento econômico e sustentável. Neste contexto, foi também realizada uma breve evolução das conquistas e persistência dos problemas globais quanto ao desenvolvimento sustentável entre os ODM e os novos ODS, realinhando o Antropoceno como uma era em que poderemos mudar o mundo, sim, mas para algo melhor.

REFERÊNCIAS

FREIRE, N. *O Geonegócio: as geotecnologias e a emergência de novos mercados em regiões periféricas*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

HÁBITAT, ONU. del Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. *Economía*, v. 3, n. 348, p. 6, 2011.

HARTWIG, Marisa. *Migração Campo Cidade: Trajetórias de Vida, Trabalho e Escolarização de Jovens Trabalhadores*. UFSM, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf>

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, ONU-Habitat III. *Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012*. Nairobi, Kenia, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/CidadesAL-Caribe2012>

KIESSLING, Christopher. *Decrecimiento y bienestar: una revisión a la perspectiva del desarrollo humano*. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano]. FLACSO Argentina, 2014.

MURGIDA, Ana María. *(Dinámica Climática, Vulnerabilidad y Riesgo. Valoraciones y procesos adaptativos en un estudio de caso del Chaco-salteño) Dinâmica Climática, Vulnerabilidade e Risco. Avaliações e processos adaptativos num estudo de caso do Chaco-saltenho*. [Tese de Doutorado]. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo; MARIANO, Marcelo P.; BARRETO, Lis. América do Sul: Regionalismo, Democracia e Desenvolvimento. In: *38º Encontro Anual da ANPOCS*. [Anais], 2014.

SACHS, I. *Estratégias de Transição para o Século XXI*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

UNITED NATIONS. *The Millennium Development Goals Report 2015*. UN, New York, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/MDG-2015-June-25.pdf>

